

# A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO TÉCNICA INTEGRAL

## LA INSERCIÓN Y PERMANENCIA DE ESTUDIANTES SORDOS EN EDUCACIÓN TÉCNICA INTEGRAL

Marcia Pereira de Sousa 1  
Talita de Jesus da Silva Martins 2  
Normandia de Farias Mesquita Medeiros 3

**Resumo:** O artigo discute os desafios e os avanços na inserção e permanência de alunos surdos em uma escola de educação técnica integral, localizada em São Luís, Maranhão. A educação dos sujeitos surdos é um direito garantido pela legislação vigente e, como forma de assegurar sua efetivação, outros documentos foram elaborados para fomentar adequações nos espaços escolares para atender a esse público. Como metodologia de pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise do Projeto Político Pedagógico para educação inclusiva. Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se da observação e entrevista com alunos surdos da instituição. Os resultados sugerem que foram conquistados alguns avanços quanto à educação de surdos na instituição, contudo, ainda existem barreiras a superar para que estes tenham acesso a uma educação de qualidade. Espera-se que este estudo ofereça contribuições à proposta de educação de surdos nas escolas, ampliando discussões e aprimorando as práticas cotidianas.

**Palavras-chave:** Educação de Surdos. Educação Técnica Integral. Libras.

**Resumen:** El artículo discute los desafíos y avances en la inserción y permanencia de estudiantes sordos en una escuela de educación técnica integral, ubicada en São Luís, Maranhão. La educación de las personas sordas es un derecho garantizado por la legislación vigente y, como una forma de asegurar su efectividad, se prepararon otros documentos para alentar ajustes en los espacios escolares para servir a esta audiencia. Como metodología de investigación, se adoptó un enfoque cualitativo, basado en la revisión bibliográfica y el análisis del Proyecto Político Pedagógico para la educación inclusiva. Como instrumentos para la recolección de datos, se utilizaron observaciones y entrevistas con estudiantes sordos de la institución. Los resultados sugieren que se han realizado algunos avances con respecto a la educación de los sordos en la institución, sin embargo, todavía hay barreras que superar para que tengan acceso a una educación de calidad. Se espera que este estudio contribuya a la propuesta para la educación de los sordos en las escuelas, ampliando las discusiones y mejorando las prácticas cotidianas.

**Palabras clave:** Educación para Sordos. Educación Técnica Integral. Libras.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Professora da Educação Especial – Intérprete de Libras da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC do estado do Rio Grande do Norte.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4550175380064992>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4366-2533>.  
E-mail: [marciasousa@alu.uern.br](mailto:marciasousa@alu.uern.br)

Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC. Pedagoga com Pós-graduação em Docência do Ensino Superior e Mestrado em Educação pela UFMA. Professora do Departamento de Educação II da UFMA.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4730460587716442>.  
E-mail: [talitamartins0612@hotmail.com](mailto:talitamartins0612@hotmail.com)

Graduada em Pedagogia pela UFC, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Atualmente professora adjunta II da UERN.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1586489584139405>.  
E-mail: [fariasnorma@hotmail.com](mailto:fariasnorma@hotmail.com)

## Introdução

As pesquisas sobre a realidade da educação de surdos vivenciada nos espaços escolares permitiram observar o movimento de inserção dos sujeitos surdos<sup>1</sup> em todos os níveis de escolarização. O processo de inserção desse contingente no ambiente escolar tornou-se uma realidade após as reivindicações da comunidade surda, que lutou pela garantia dos seus direitos de obter uma educação de qualidade. Esta conquista fomentou o crescente ingresso dos sujeitos surdos nas escolas e, conseqüentemente, a exigência por profissionais para atender a esses alunos em suas especificidades educacionais.

Interessa ressaltar que a inserção dos alunos surdos em escolas técnicas é um processo relativamente novo, possível em razão das exigências contidas na legislação, que garantem a inserção dos alunos surdos em todas as escolas, e apresentam indicativos de ações que possibilitam a sua permanência. Frente a essa realidade, buscou-se analisar o processo de inserção e a permanência dos alunos surdos em uma escola de educação técnica integral, localizada na cidade de São Luís, Maranhão, identificando as barreiras e as superações desse processo.

Atualmente existem duas instituições que ofertam o ensino médio integrado ao curso técnico na cidade de São Luís – MA, a saber: Instituto Federal do Maranhão – IFMA e o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA. Ambas as instituições abriram espaço para a inserção de alunos surdos em cursos técnicos e disponibilizaram Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (TILS) para atender as demandas relativas à comunicação.

A pesquisa foi realizada no IEMA, uma escola pública estadual situada no bairro Centro, que oferece aos alunos educação técnica integral, ou seja, os alunos matriculados cursam o ensino médio integrado ao ensino técnico. A referida escola foi escolhida como campo de pesquisa pelo fato de a autora deste artigo ter trabalhado por 1 ano e meio como TILS nesta instituição, a qual também lhe proporcionou a realização da especialização em Educação Profissional e Tecnológica.

A metodologia utilizada nesta pesquisa classifica-se como exploratória e qualitativa, e teve como objetivo investigar a realidade dos fatos sociais, partindo do contexto real, para compreender as evidências e formular argumentos capazes de explicar tais acontecimentos. Triviños (1987) revela que a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Assim, definiu-se como *locus* da pesquisa, o IEMA, uma escola de educação técnica integrada ao ensino médio. Para a coleta de dados, realizou-se inicialmente uma revisão da bibliografia, seguida de observação direta e aplicação de entrevistas com os alunos surdos matriculados na instituição escolhida.

O processo de inserção de alunos surdos no contexto educacional perpassa por questões que superam a necessidade de garantir profissionais TILS e o acompanhamento pelo profissional do Atendimento Educacional Especializado – AEE, pois, para que seja realmente efetivo, se faz imprescindível que, além destes profissionais, todo o corpo escolar esteja disposto a reconhecer e aceitar as diferenças.

Pretende-se, com esse estudo, contribuir para a compreensão das peculiaridades que envolvem os sujeitos surdos e sua educação, pois se acredita que, para fomentar a educação especial, são necessárias reflexões e ações que promovam a aceitação das diferenças linguísticas e culturais deste público, possibilitando a adaptação das práticas educativas para atendê-lo de forma significativa.

## A legislação e documentos oficiais sobre educação de surdos: reflexões sobre as barreiras e as superações

Para compreender o processo de inserção e permanência dos alunos surdos no ambiente escolar, faz-se primordial conhecer a legislação e os documentos oficiais que garantem este direito. Parte dessa legislação e documentos que servem de pressupostos para a efetivação da educação de surdos se mantêm desconhecida e/ou pouco respeitada pela gestão pública.

<sup>1</sup> De acordo com o decreto 5.626/02, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura pelo uso da Libras.

Dentre as normativas mais importantes para a educação, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, preconiza que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a Carta Magna defende o direito à educação de todos os indivíduos de forma plena, como meio de assegurar o seu preparo para a vida em sociedade.

Nessa mesma perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 59, dispõe que os sistemas de ensino devam oferecer aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas demandas. Portanto, são asseguradas por lei, aos alunos surdos, as adequações necessárias para a sua permanência no ambiente escolar (BRASIL, 1996).

Como parte das adequações exigidas, a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, estabelece que a Língua Brasileira de Sinais - Libras seja utilizada nos espaços escolares, como um elemento cultural e de identidade dos sujeitos surdos. Em seu artigo 1º, a Lei evidencia que este é o meio legal de comunicação e expressão dos surdos e outros recursos de expressão a ela associados (BRASIL, 2002). Casarin (2006, p. 18) observa que a Libras:

Além de viabilizar todos os processos cognitivos, linguísticos, éticos, artísticos, intelectuais do surdo, a língua de sinais constitui, conforme este modelo, um elemento identificatório entre estes sujeitos. Ao compartilharem uma língua comum, os surdos passam a se reconhecer como membros de uma comunidade singular.

A Libras representa o elemento fundamental da cultura surda e serve à comunidade surda como um instrumento de criação, percepção e interação social entre indivíduos que constroem, transformam suas identidades e fortalecem sua cultura. Esta é a primeira língua que todo surdo brasileiro deve aprender, pois ela servirá de base para a aquisição da segunda língua: a Língua Portuguesa na forma escrita, e para aquisição de outros conhecimentos.

Com a inserção dos alunos surdos nos espaços escolares, surgiu a necessidade de profissionais aptos a fazer a intermediação entre a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais. Essa demanda ensejou a aprovação da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - TILS, responsável por intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e ouvintes, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras, para a versão Língua Portuguesa e vice-versa (BRASIL, 2010).

Interessa refletir sobre o papel desempenhado pelos TILS nos espaços escolares, pois compreende-se que o ato interpretativo não se constitui como uma atividade meramente técnica, devido ao seu valor essencial para o processo educativo. O intérprete possui um papel determinante na educação de surdos, na medida em que a qualidade do seu trabalho pode auxiliar ou prejudicar o desenvolvimento dos alunos surdos.

A tradução e interpretação deve ser realizada por profissionais fluentes e com profundo conhecimento da Libras, por isso é relevante chamar a atenção para a qualificação desse profissional, que faz a mediação da comunicação entre surdos e ouvintes, orientando que a instituição escolar seja criteriosa com a seleção desses profissionais.

Da mesma forma, os TILS que estão inseridos no ambiente escolar devem buscar aperfeiçoar as suas práticas através de pesquisa, de cursos e formações que viabilizem o desenvolvimento das habilidades essenciais para executar o seu trabalho da melhor forma possível. A inserção do intérprete ao contexto escolar torna perceptível a imprescindibilidade de maior preparo para a sua atuação diante das dinâmicas existentes no ambiente de trabalho, para que o surdo possa, a partir da interpretação, processar e reelaborar as informações do mundo.

Dentre os documentos que subsidiam a educação de surdos, destaca-se o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) que define como meta para a Educação Especial:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 24).

O PNE defende que os alunos surdos de quatro a dezessete anos tenham acesso à educação básica e ao AEE em rede regular de ensino de forma gratuita. Para concretizar esse propósito, o sistema educacional precisa realizar adequações nos espaços educacionais e ofertar o acompanhamento especializado adequado para o atendimento desses alunos gratuitamente.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, propõe-se a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício do direito e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”. No texto da lei, existe um capítulo que faz referência ao direito à educação em todos os níveis de ensino e ao longo de toda vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais, respeitando os interesses dos estudantes com deficiência e suas carências de aprendizagem. A norma determina ainda a obrigatoriedade de acesso à informação e à comunicação para uso de pessoa com deficiência, garantindo assim, o acesso às informações disponíveis nas diversas mídias. Portanto, arquivos em formato de vídeo devem permitir o uso de recursos como legenda, janela com intérprete de Libras ou audiodescrição. Embora seja reconhecida a necessidade de adaptação dos recursos visuais, poucos são os materiais disponíveis que atendam aos requisitos dessa legislação (BRASIL, 2015).

Entende-se que a educação de surdos está pautada em legislação vigente e nos documentos oficiais que garantem as adequações fundamentais para a permanência e desenvolvimentos dos alunos surdos no espaço escolar. Diante dessa consideração, buscou-se compreender a educação de surdos, mas sempre fazendo um contraponto entre o que está na legislação e o que de fato acontece no contexto educacional.

A escola precisa ser um espaço de construção contínua do conhecimento e interação consciente, para que o processo educacional se desenvolva da melhor forma possível. Assim, importa fazer reflexões sobre as percepções a respeito das barreiras e superações no contexto pesquisado.

Em relação às barreiras encontradas, a escola aparece como uma instituição que concebe os alunos de forma homogeneizada, se mostrando, muitas vezes, omissa frente às demandas dos alunos surdos. Algumas escolas inserem os alunos surdos em uma perspectiva integradora e não como de fato deveria ser, com professores e demais funcionários capacitados e que reconhecem as especificidades dos alunos surdos. Assim, percebe-se que existe um distanciamento entre o que foi oficializado e o que ocorre na prática, pois alguns dos componentes indicados na legislação e documentos ainda não foram efetivados.

Parte dos conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula não possuem relação com a vivência de mundo dos alunos surdos, que, às vezes, não conseguem atribuir utilidade ao conhecimento para a sua própria vida. Dayrell (2007, p. 1.117) afirma que “se a escola se abriu para receber um novo público, ela ainda não se redefiniu internamente, não se reestruturou a ponto de criar pontos de diálogo com os sujeitos e sua realidade”. Nesse quesito, a proposta educacional da escola precisa desenvolver as adaptações dos currículos, a adequação dos recursos e métodos de ensino que atendam de forma específica aos alunos com necessidades especiais.

Os professores que atuam com alunos surdos precisam compreender que estes possuem processos cognitivos essencialmente visuais, assim, torna-se primordial que sejam efetuadas adaptações que auxiliem a compreensão e aprendizagem desses alunos. As informações não chegam aos alunos surdos da mesma forma e intensidade que chegam para os alunos

ouvintes, à vista disso, é crucial que os conhecimentos sejam transmitidos de forma adequada, partindo do que o aluno sabe ou o que precisa saber para construir novos conhecimentos. Fonseca e Florindo (2012, p. 3) afirmam que:

Incluir não é ter a presença física na escola. Incluir significa dar voz ao outro, e assegurar que o aluno com necessidades específicas participe das atividades propostas e que se aproprie dos conhecimentos em caráter de igualdade com os outros alunos.

No que concerne às avaliações aplicadas, percebe-se que os alunos surdos se deparam, muitas vezes, com processos avaliativos elaborados para os alunos ouvintes, que pouco contemplam as suas especificidades. Nesse sentido, Dorziat (2017, p. 10), quando pesquisa sobre avaliações para alunos surdos, assevera que “apenas as formas de avaliação são totalmente distantes de suas formas particulares de construção de conhecimento”.

A educação de alunos surdos apresenta-se como uma possibilidade de participação social. Nas palavras de Martins e Melo (2016, p. 72), “a compreensão de que as suas dimensões são amplas, ou seja, vão além do fato de estar dentro da sala de aula: são mecanismos de acesso, qualidade e permanência”. Destarte, compreende-se que oportunizar a matrícula de alunos surdos não é suficiente, contudo, torna-se imperioso subsidiar sua permanência nos espaços escolares.

Uma variável que contribui para a elaboração do projeto de vida dos alunos surdos é o conhecimento da realidade. De acordo com Dayrell (2012, p. 1.118), “jovem torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, recebendo e exercendo influências, fazendo deste o momento por excelência do exercício de inserção social”. Quanto mais os alunos surdos conhecem a realidade em que estão inseridos e entendem o funcionamento da estrutura social, com seus mecanismos de inclusão e exclusão, mais terão consciência dos limites e das possibilidades abertas, e assim, podem realizar suas escolhas de forma consciente.

## **Inserção e permanência de alunos surdos na educação técnica integral**

Para a oferta de cursos técnicos, foram realizados estudos acerca dos arranjos produtivos locais, vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais. O IEMA possuía 453 estudantes no ano da realização da pesquisa, distribuídos nos 5 cursos técnicos integrados ao ensino médio, são estes: Técnico em Áudio e Vídeo, Técnico em Eventos, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Serviços Jurídicos. São, no total, 13 turmas, sendo: 5 turmas de 1º ano, 4 turmas de 2º ano e 4 turmas de 3º ano do ensino médio.

A estrutura da escola é composta por vários ambientes, além das salas de aula, a saber: banheiros para alunos e demais funcionários, vestiários, auditório, enfermaria, sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, quadra esportiva, campo de futebol, biblioteca, estacionamento, refeitório, salas dos gestores, sala de vivência, sala dos professores e laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática e Informática.

Os alunos entram na escola até 07h30min e permanecem até as 17h00min, durante esse período passam por rotinas de 9 horários de aula por dia, com intervalo para os lanches da manhã e tarde, e para o almoço. Vale ressaltar que toda a alimentação dos alunos é disponibilizada pela escola de forma gratuita, o que inviabiliza que os alunos se ausentem da escola para suas refeições.

Existe uma avaliação semanal que ocorre todas as segundas-feiras pela manhã, e a cada bimestre os alunos realizam as avaliações de todas as disciplinas cursadas. Dentre as disciplinas cursadas pelos alunos estão as disciplinas de base comum, as disciplinas da base técnica, a

disciplina eletiva<sup>2</sup> e o projeto de vida<sup>3</sup>.

Outro diferencial do IEMA consiste na escolha, por parte dos alunos, de um funcionário que pode ser professor (a), intérprete de Libras, secretária, bibliotecária, enfermeira ou técnico em informática da escola para ser seu tutor. Os tutores são responsáveis pelo acompanhamento do desenvolvimento acadêmico dos alunos, também atuam como conselheiros em questões relacionadas à educação, família e profissão, bem como realizam a intermediação no diálogo com as famílias.

Os alunos são expostos a uma rotina de aulas, provas e atividades internas e externas à sala de aula, e todas estas atividades compõem a avaliação. Na mesma medida, os professores também passam por uma análise de desempenho semestralmente, e, de acordo com a avaliação dos gestores e dos alunos para os quais ministram aulas, são atribuídos conceitos que variam entre excelente, bom e regular na avaliação de desempenho. Segundo Dayrell (2007, p. 1.118), a unidade escolar “é ordenada por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos”. Assim, constata-se que existe certo controle em relação às atividades dos alunos na escola, bem como controle em relação à competência dos professores.

## **Reflexões sobre inserção e permanência de alunos surdos na Educação Técnica Integral**

Para compreensão do que se constitui como educação técnica integral, vale analisar o Decreto nº 5.154/2004, baseado no artigo 39 da LDB, que trata da educação profissional. O Decreto prevê que esta educação será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I – qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II – educação profissional técnica de nível médio; III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Entretanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, procurou-se analisar uma escola que oferece educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2004).

No artigo 4º, parágrafo 1º, deste Decreto, está previsto como se desenvolve a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio na forma integral, definindo que seja:

Art. 4º: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2004).

Sobre o ensino médio integrado compete frisar que existe a articulação entre a educação de nível médio e a educação profissional de nível médio. Portanto, os alunos têm acesso às disciplinas que compõem o ensino médio e também às disciplinas que compõem a educação profissional, de forma articulada.

O processo de inscrição na escola pesquisada obedece a normas estabelecidas em edital publicado todos os anos para ingressos de alunos no 1º ano do ensino médio integrado, e se efetiva pelo preenchimento de formulário disponível no site da escola. Esse edital institui como principais critérios para seleção de alunos suas médias nas disciplinas de Português e Matemática, bem como a distância do endereço do aluno até a sede da escola.

No processo de seleção de novos alunos, verificou-se que não existe uma prova para avaliar inicialmente o conhecimento dos alunos e constatou-se que alguns destes, quando chegam à escola, não conseguem acompanhar as aulas por falta de uma boa base nas disciplinas

2 As eletivas são disciplinas de interconexões entre disciplinas que abordam temáticas variadas de forma criativa. Uma forma atrativa de aproximar os alunos dos conhecimentos abordados em cada disciplina. A eletiva estimula os alunos a apresentarem, ao final de cada semestre, um resultado criativo.

3 O Projeto de Vida objetiva incentivar a reflexão dos alunos em relação aos seus projetos de vida pessoal, comprometimento com os estudos e a vislumbrar os possíveis caminhos para alcançar seus objetivos.

estudadas no ensino fundamental. Ademais, não existe uma avaliação para constatar se o aluno surdo é fluente em língua de sinais ou se é letrado<sup>4</sup>.

Quanto ao número de alunos com deficiência, a escola pesquisada oferece até 5% do quantitativo de vagas de cada curso para pessoas com deficiência, ou seja, em uma turma com 35 vagas, 2 vagas são destinadas às pessoas com deficiência<sup>5</sup>, e, caso essas vagas não sejam preenchidas, são remanejadas para os egressos de escolas públicas ou ampla concorrência.

Durante o ano de 2018, a escola contava com 1 pessoa com deficiência auditiva<sup>6</sup> cursando o 3º ano do curso Técnico em Informática, 1 aluna surda cursando o 3º ano do curso de Técnico em Meio Ambiente e 1 aluno surdo cursando o 2º ano do curso Técnico em Meio Ambiente. Não houve matrícula de novos alunos surdos no ano de realização da pesquisa. Na tabela abaixo é possível visualizar a quantidade de alunos surdos e deficientes auditivos que a escola conseguiu atender nos anos de 2016, 2017 e 2018.

**Tabela 1** – Alunos surdos e deficientes auditivos atendidos pela equipe de Educação Especial.

Alunos atendidos pela Educação Especial			
Ano	Surdos	Deficiente Auditivo	Total
2016	1	1	2
2017	3	1	4
2018	2	1	3

Fonte: Elaborada pela autora.

Constata-se, com as informações da tabela, que no primeiro ano de inserção de alunos surdos e deficientes auditivos (2016), apenas duas alunas ingressaram na instituição. Todavia, é preciso ressaltar que ainda não havia uma pessoa responsável pelos atendimentos no AEE. No ano de 2017, segundo ano da implementação da proposta de Educação Inclusiva, houve um crescimento significativo dessas matrículas, o que representou uma oportunidade de fomentar ainda mais a educação para esse segmento. No ano de 2017, houve também crescimento do quantitativo de profissionais, com admissão de mais cinco Tradutores e Intérpretes de Libras e uma professora do AEE. No ano de 2018, não ocorreram novas matrículas, e houve uma desistência.

Uma adolescente surda acabou pedindo a transferência de escola no início do ano de 2018. Esta aluna cursou o 1º ano do curso Técnico em Informática em 2017, mas não obteve aprovação para seguir para o 2º ano do ensino médio técnico, e sua família optou por transferi-la de escola. A reprovação dessa adolescente requer uma análise, pois a matrícula e a frequência na escola não garantem que teve direito à comunicação e participação em iguais condições dos demais alunos. De acordo com Botelho (2010, p. 52):

O que falta aos surdos, sem sombra de dúvida, é o acesso à língua que dominem e que lhes permita pensar com todas as complexidades necessárias, disponíveis como são para qualquer um. Finalmente, quando adquirem essa língua – a língua de sinais – raramente compartilham com seus

4 Botelho (2010, p. 63) define letrado como aquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita.

5 A Lei 13.146/2015, no art. 2º afirma: considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

6 Essa aluna não se reconhecia como pessoa surda e não utilizava a Libras para se comunicar. Definiu-se como deficiente auditivo as pessoas com perdas auditivas, que não fazem uso da Libras e não aceitam a própria surdez. Essa aluna conseguiu ter bom aproveitamento em todas as disciplinas do 1º, 2º e não apresentou notas baixas no decorrer do 3º ano.

professores.

O pensamento acima induz à seguinte reflexão: será que os alunos surdos contam com todo o suporte necessário para sua participação em sala de aula e seu desenvolvimento pessoal e intelectual? Que essa reflexão conduza as pessoas que trabalham com esse segmento a aprimorar seus conhecimentos a respeito da cultura, identidade surda e da língua de sinais e que seja uma forma de evitar que outros alunos surdos desistam no processo.

Compreende-se que o processo de escolarização em escola técnica de nível médio demanda que os alunos, *a priori*, tenham desenvolvido habilidades de leitura e escrita, pois essas habilidades são requeridas em todas as disciplinas estudadas e o não desenvolvimento destas notadamente leva ao insucesso escolar.

Como não existe, na seleção de novos alunos, um teste para identificar a compreensão textual e a escrita em Língua Portuguesa, os alunos surdos e ouvintes ingressam na escola sem passar por uma avaliação de conhecimento, o que dificulta tratar, no decorrer do processo, as possíveis dificuldades de aprendizagem que possam apresentar.

Constatou-se que os alunos surdos da escola pesquisada possuem dificuldade com os textos em Língua Portuguesa, pois raramente mantinham a prática de leitura e escrita dentro e fora da escola. Esse fator contribuía para que a expressão por meio da escrita constituísse, muitas vezes, uma barreira intransponível. Botelho (2010, p. 88) argumenta que “um determinante fundamental das competências para ler e escrever são as condições de leitura e de escrita a que certos surdos têm acesso, e uma constante imersão em práticas sociais que envolvem textos”.

Além das adequações na abordagem com textos escritos, convém que os surdos tenham interlocutores que possam ressignificar as suas leituras e os textos produzidos. Nesse sentido, Lodi, Harrison e Campos (2015, p. 18) defendem que:

Embora, muitas vezes, aceite-se a língua de sinais como língua em circulação no ambiente escolar, ela é vista como prática de interação entre pares, para trocas de experiências cotidianas e informais, e não como língua em uso para as práticas de ensino. Desvaloriza-se aquilo que o surdo tem a dizer, da forma como o diz.

Nessa perspectiva, os alunos surdos precisam vivenciar a Língua de Sinais em todo o ambiente escolar, de forma viva e compartilhada. Botelho (2010) entende que os professores que atuam em escolas com alunos surdos precisam ser preparados, ou seja, precisam conhecer a cultura surda e a língua de sinais, além de compartilhar a língua na sala de aula e na escola, para que seus alunos surdos tornem-se letrados. A saída possível para o desenvolvimento cognitivo dos alunos surdos é a aceitação total da língua de sinais e também da sua forma de comunicação em todos os meios.

Os alunos eram atendidos pela professora de AEE em sala específica para o acompanhamento. Nesta sala, ficavam os dossiês dos alunos, alguns livros e alguns poucos materiais pedagógicos que poderiam ser usados nos atendimentos. Grande parte dos materiais era confeccionada pela professora, quando esta contava com os materiais básicos.

Há, no Projeto Político Pedagógico, um item que trata dos horários para atendimento dos alunos na sala do AEE, orientando que o (a) professor (a) responsável pelo atendimento deva dispor de horários previamente estabelecidos pela gestão escolar para realização dos atendimentos. Deixando a entender que o processo de saída dos alunos da sala de aula para o AEE é simples e natural, mas, na verdade, os professores do AEE enfrentam algumas dificuldades quanto aos horários determinados e esclarecimento dos professores do instituto sobre a importância de os alunos participarem dos atendimentos.

Durante o período da pesquisa, a escola contava com uma equipe composta por 8 (oito) intérpretes de Libras, que realizavam a tradução e interpretação nas diversas atividades em

que os alunos surdos estavam presentes, de modo que cada um dos alunos surdos e deficiente auditivo era acompanhado por uma dupla de profissionais TILS.

Dentre as orientações do Projeto Pedagógico - Educação Inclusiva da escola pesquisada recomenda-se que “os professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais devem articular-se com a equipe pedagógica da escola para modificar e elaborar argumentos e registros de avaliação que contemplem a diversidade desses alunos”.

Entende-se que é extremamente importante que os professores se articulem com a equipe de educação especial para realizar as adaptações de suas aulas e para buscar estratégias didáticas que tornem o conhecimento compreensível para os alunos surdos, porém poucas iniciativas foram articuladas pelo corpo docente e pela equipe de educação especial no sentido de realizar as mudanças cabíveis. Como afirma Alvez, Ferreira e Damázio (2010, p. 8):

Pensar e construir uma prática pedagógica que assuma a abordagem bilíngue e se volta para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com surdez na escola é fazer com que esta instituição esteja preparada para compreender cada pessoa em suas potencialidades, singularidades e diferenças e em seus contextos de vida.

Para realização das interpretações em sala de aula, recomenda-se que o intérprete de Libras tenha acesso ao planejamento do professor, pois, desta forma, sempre que possível, poderá estudar os conteúdos que serão trabalhados em sala. Principalmente, poderá realizar pesquisa de sinais específicos das diversas áreas do conhecimento, e assim utilizar esses sinais para enriquecer o vocabulário dos alunos, bem como facilitar a compreensão destes a respeito do conteúdo explicado pelo professor.

Compete esclarecer, contudo, que essa interação entre a gestão, os professores e intérpretes de Libras não acontecia de forma satisfatória. As situações mais recorrentes evidenciam que os profissionais intérpretes de Libras não são comunicados com antecedência sobre o conteúdo ministrado pelos professores ou sobre as palestras ministradas na escola.

No componente referente à avaliação, o Projeto Pedagógico - Educação Inclusiva orienta que “a avaliação da aprendizagem deve considerar dois aspectos básicos: o desenvolvimento acadêmico do aluno e as condições de seu ambiente socioeducativo” (MARANHÃO, 2016). Nesse aspecto, a avaliação desempenha papel importante na vida escolar e, no caso de alunos surdos, deve considerar os aspectos qualitativos, com as adaptações necessárias para diminuir as dificuldades dos alunos.

Nessas condições, a proposta de educação inclusiva do instituto deixa a desejar na adaptação dos currículos, nas adequações dos métodos de ensino e na aplicação de recursos que atendam de forma específica aos alunos surdos. O que transparece é que a escola dispõe de poucas ações verdadeiramente inclusivas e parece vedada para as evidências que surgem quando se analisa o desenvolvimento dos alunos surdos.

As condições de permanência dos alunos surdos no espaço escolar vão muito além de ofertar os atendimentos no AEE e disponibilizar intérpretes de Libras, pois essas são condições mínimas. Cabe principalmente fomentar a articulação entre os profissionais da educação especial (intérpretes de Libras e professor do AEE) e demais professores da escola para realizar as adaptações pertinentes à melhoria da educação de surdos e práticas pedagógicas.

### **Inserção e permanência na perspectiva dos alunos surdos**

Durante a observação *in loco*, verificou-se que a escola oportunizou aos indivíduos com deficiência o acesso à educação básica, bem como disponibilizou uma sala de AEE, uma professora<sup>7</sup> responsável pelos atendimentos e uma equipe de TILS para atender às demandas

<sup>7</sup> A professora responsável pelos atendimentos no AEE no período da entrevista é formada em Pedagogia, Bacharelada e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e especialista em Educação Inclusiva.

relacionadas à comunicação dos alunos surdos.

Como forma de compreender a percepção dos alunos a respeito de sua permanência na escola, foi aplicada entrevista semiestruturada com dois alunos surdos. Marconi e Lakatos (1999, p. 94), definem entrevista como o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”.

Na data da entrevista, os alunos estavam concluindo as últimas avaliações do quarto bimestre de 2018, e por isso optou-se por reservar dois horários em que estivessem livres para a aplicação das entrevistas. Estas foram realizadas na sala de AEE, com a presença da professora responsável pelos atendimentos. Além dos entrevistados, houve também a participação de um TILS da instituição, que auxiliou no processo de intermediação entre entrevistados e pesquisadora.

Para melhorar a compreensão a respeito das respostas dos alunos entrevistados, utilizou-se o recurso da gravação em vídeo, pois poderia recorrer posteriormente ao seu conteúdo para a transcrição das entrevistas. É importante ressaltar que, no intuito de melhorar a compreensão dos leitores deste artigo, a transcrição das entrevistas seguiu exatamente as mensagens expressas em Libras pelos alunos, não sendo realizadas quaisquer alterações nas frases. Algumas explicações estão destacadas abaixo:

Dentre as perguntas realizadas na etapa de entrevistas com os alunos surdos, questionou-se sobre como se sentiram no tocante à permanência na escola, as adaptações e também acessibilidade em Libras. Destaca-se abaixo a resposta do aluno A.

Aqui no IEMA é diferente de outras escolas municipais, por exemplo, na sala de aula onde não tem comunicação em Libras, os grupos de ouvintes e surdos ficam segregados, tinha intérprete, mas a comunicação é zero entre os alunos da sala. Sempre trabalhavam com pequeno grupo de surdos. Quando eu entrei aqui foi totalmente diferente. Eu entrei na sala, tinha intérprete, tinha eletiva de Libras, Atendimento Educacional Especializado – AEE, e eu percebia dos alunos o interesse em aprender mais junto comigo a Libras, e havia inclusão. Para mim, era tudo interessante e toda essa comunicação em Libras foi uma surpresa (Informação em língua de sinais)<sup>8</sup>.

Percebe-se que o aluno A estabeleceu diferenças entre a escola que frequentou no ensino fundamental e a escola que está cursando o médio técnico. Diferenças estas bem significativas no tocante à segregação entre surdos e ouvintes, e à falta de comunicação e desinteresse pelo aprendizado em Libras dos colegas da antiga escola. Nesse trecho, pode-se aferir que, na perspectiva do aluno surdo, o espaço escolar em que está inserido proporciona formas de comunicação e interação entre ele e seus colegas.

Outro fato interessante na resposta do aluno A diz respeito à surpresa ao perceber que havia uma sala de AEE na nova escola, com professora de AEE e intérpretes de Libras para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes. Analisando esse trecho da entrevista e as legislações vigentes, pôde-se aferir o quanto o direito à educação de forma igualitária desse aluno foi negligenciado no decorrer de sua trajetória escolar.

Embora a escola realize parte das modificações cabíveis para a efetivação de uma educação de qualidade para os alunos surdos, ainda precisa avançar em alguns pontos do Projeto Pedagógico. Essa constatação evidencia que existe uma dicotomia entre o que é determinado pela legislação e pelo Projeto Pedagógico da Educação Inclusiva e o cotidiano vivenciado pelos alunos surdos, tradutores/intérpretes de Libras e professora do AEE.

O aluno B fez uma importante consideração durante a entrevista, quando questionado se houve adaptações para os alunos surdos na escola, tais como acessibilidade às informações em Libras, filmes com legendas, entre outras.

---

8 Entrevista concedida à pesquisadora, pelo aluno A, em 17 de dezembro de 2018.

Precisa comunicação. Falta intérprete nas legendas dos filmes e precisa cobrar, por exemplo, em filmes com legendas, precisa. Todos os dias os intérpretes ficam cobrando isso – falta legenda sempre, mas precisa! Nas palestras no auditório, o tema, os intérpretes precisam ter acesso antes para pensar nos sinais, para saber interpretar, e nos filmes precisa ter legendas em todos. Conversamos com o diretor geral, que precisa legenda nas comunicações e os filmes precisam ter legendas sempre (Informação em língua de sinais)<sup>9</sup>.

Na explanação, o aluno relata ocasiões em que as informações foram transmitidas por diferentes meios de comunicação social, e não foi ponderado que os alunos surdos também precisavam ter acesso ao mesmo conhecimento que os alunos ouvintes, de forma adaptada. Todos os filmes transmitidos em salas de aula que tenham alunos surdos precisam possuir legenda ou ter a janelinha do intérprete. Da mesma forma, em palestras no auditório em que o palestrante optar por transmitir um vídeo com áudio, deve-se buscar os materiais com legendas. Para os intérpretes de Libras, fica inviável interpretar um filme todo, ou mesmo vídeos, e os alunos surdos dessa instituição percebem essa dificuldade.

No cerne da questão, estão os direitos dos alunos surdos, que não são respeitados, a ausência de uma prática docente que possibilite a ascensão desses alunos por meio de processos educativos mais igualitários e a aceitação da Libras e especificidades dos alunos surdos como prática vivenciada por todos os membros da instituição escolar.

Embora existam algumas barreiras que precisam ser superadas, a escola pesquisada constitui um ambiente em que os alunos têm acesso aos conhecimentos em sua própria língua, participam das atividades realizadas na/pela escola e compartilham com os outros alunos a comunicação em Libras. Quando questionado sobre essa temática, e se gosta da escola, o aluno B responde:

Eu gosto muito do IEMA, do papo com os amigos em Libras. Eu os vejo e eles me veem. Às vezes as pessoas ficam junto comigo na hora do almoço e sempre me chamam para jogar vôlei, futebol, basquete, naturalmente. No bate papo incentivam muito a estudar e aqui no IEMA é tudo muito bom. Eu gosto muito do laboratório de Informática, Física, Química e Biologia. Eu acho muito legal. Eu gosto também do AEE – é muito bom. Tudo para mim é muito bom, muito maravilhoso. As palestras no auditório também gosto. Do ar condicionado geladinho também gosto, mas não é para dormir, não! Muita exigência aqui e eu preciso ficar ligado, porque tem muitas atividades para fazer. Eu gosto dos professores e os intérpretes são muito bons (Informação em língua de sinais)<sup>10</sup>.

O acesso às informações em Libras colabora para que os alunos surdos adquiram autonomia e vislumbrem uma profissão na área do curso realizado ou uma graduação. Constatou-se, portanto, que os alunos inseridos na escola pesquisada conseguiram imaginar os caminhos que pretendem trilhar ao término do ensino médio, bem como adquiriram autonomia para realizar suas próprias escolhas. Na entrevista, perguntou-se ao aluno A sobre a questão, e este respondeu o que pretende fazer quanto terminar o curso técnico.

Aqui na área do curso de Meio Ambiente, no curso superior

9 Entrevista concedida à pesquisadora, pelo aluno B, em 17 de dezembro de 2018.

10 Entrevista concedida à pesquisadora, pelo aluno B, em 17 de dezembro de 2018.

são dois que tem relação: Engenharia Ambiental ou Biologia que tem permanece na Educação Ambiental que eu amo. Outras áreas eu não tenho interesse e não consigo são muito diferentes da minha experiência, porque no curso que eu tenho experiência foi no estágio em Meio Ambiente (Informação em língua de sinais)<sup>11</sup>.

A partir do exposto, depreende-se que foi oportunizado aos alunos surdos o acesso ao conhecimento próprio da área do curso, e que, com essa vivência, estes conseguiram vislumbrar um percurso formativo na área de interesse. Durante o ano letivo, os alunos são submetidos a muitas atividades que os aproximam do conhecimento próprio da área estudada, tais como visita técnica, aulas práticas e palestras, assim como do conhecimento de mundo. São atividades que despertam nos alunos surdos o interesse pelo estudo, pesquisa e para realidades que estão além do espaço onde habitam.

### Considerações Finais

Conclui-se que ainda há muitas questões a serem aperfeiçoadas no processo de inserção e permanência de alunos surdos na escola, e que esta pesquisa poderá ser usada como ponto de partida para repensar a educação ofertada aos alunos surdos e sua efetiva contribuição na vida desses sujeitos. As reflexões apresentadas refletem a percepção de como foi pensada a educação de surdos na instituição analisada, como esta se desenvolveu e como seria possível torná-la mais significativa para os principais interessados – os alunos surdos.

Pôde-se constatar que ainda existe uma dicotomia entre o que é determinado pela legislação e o Projeto Pedagógico da Educação Inclusiva e a vivência dos alunos surdos. A carência de uma prática docente que possibilite a ascensão dos alunos surdos por meio de processos educativos mais igualitários, assim como a dificuldade de aceitação da Libras e das especificidades dos alunos surdos por todos os membros da instituição escolar são pontos críticos do processo de inserção e permanência dos alunos surdos na rede regular de ensino.

Observou-se que os contextos de interações sociais entre surdos e ouvintes podem conduzir os alunos surdos a se mobilizarem em prol de sua comunidade, buscando direitos sociais e políticas públicas que garantam não só a permanência na escola, dita inclusiva, mas também o conhecimento que será a base para a sua inserção no mercado de trabalho e/ou no ensino superior.

Constata-se que o IEMA possui alguns entraves no que tange aos processos educativos de seus alunos surdos, mas é possível notar um esforço gradual para superação dessas barreiras. A escola cumpre o seu papel social ao assegurar aos alunos surdos o direito à educação profissional técnica de nível médio. Os alunos surdos manifestaram grande satisfação em estudar nessa instituição e relataram que, quando comparam a escola atual com a escola que estudavam anteriormente, afirmam que a escola atual é bem melhor, pois lhes proporciona uma infinidade de conhecimentos e experiências que os marcam de forma positiva.

Uma proposta inicial para superar algumas dessas barreiras seria possibilitar aos professores uma formação continuada voltada à sensibilização, a um olhar diferenciado diante das produções realizadas por alunos surdos, tanto na forma escrita como na expressão em Libras, conscientizando-o dos diversos obstáculos enfrentados pelos alunos surdos, desde a sua infância, por conta da comunicação.

A formação de professores e demais profissionais que atuam no contexto escolar pesquisado torna-se imprescindível para a busca de melhores relações de interação e desenvolvimento educacional dos alunos surdos. Percebe-se que muitos desconhecem as especificidades da educação especial, que envolvem aspectos culturais e linguísticos dos alunos surdos, e, muitas vezes, não reconhecem a necessidade de adaptação das aulas e das avaliações para melhorar a sua aprendizagem.

Uma forma de atenuar as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos consiste em

---

11 Entrevista concedida à pesquisadora, pelo aluno A, em 17 de dezembro de 2018.

propor adaptações nas atividades e avaliações, ou seja, nas formas de expressão dos conhecimentos no decorrer do processo educativo. Atividades, como resenhas e relatórios de visitas técnicas, bem como outras semelhantes, poderiam ser realizadas pelos alunos surdos a partir de sua língua natural, a Libras. Com o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturas, os sujeitos surdos poderiam se expressar de maneira natural e teriam autonomia para realizar as suas tarefas.

Existem textos legais que garantem a adaptação das avaliações aplicadas aos alunos surdos, mas essas iniciativas esbarram em alguns entraves, como a falta de capacitação dos professores e o pouco incentivo por parte da gestão escolar na efetivação dessas ações. Em vista disso, compete aos envolvidos na educação especial fazer um esforço para superar as barreiras atitudinais, comunicacionais e metodológicas que impedem que os alunos surdos tenham acesso ao conhecimento.

Espera-se, por fim, que esta pesquisa possa contribuir para o entendimento das especificidades dos sujeitos surdos, fomentando novas reflexões e ações voltadas à adaptação das práticas educativas como mecanismo de melhoria da qualidade da educação especial.

## Referências

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial - Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em: 22 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília: congresso Nacional, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm). Acesso: 29 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n.13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso: 5 mar 2019.

CASARIN, Melânia de Melo. **História, comunidade e as representações culturais da surdez**. 2006. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/edu.especial.pos/images/historia.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

DAYRELL, Juarez. Educ. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 - Edição especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 22 dez. 2018.

DAYRELL, Juarez. **Pedagogia da juventude**: a escola precisa reconhecer o jovem por trás do aluno e adaptar a ele seus processos educativos. 2012. Disponível em: <http://www.ondajovem.com.br/acervo/1/pedagogia-da-juventude>. Acesso em: 28 dez. 2018.

DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos surdos**: diferentes olhares. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

FONSECA, Alessandra do Carmo; FLORINDO, Girlane Maria Ferreira. Educação profissional para surdos no Instituto Federal de Brasília: uma proposta possível? **Revista Eixo**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/24/0>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS, Sandra Regina de L. (Org.). Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades do contexto educacional. In: **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MARANHÃO. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI. Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA. **Projeto Pedagógico – Educação inclusiva**. São Luís, 2016. 24 p.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Talita de Jesus da Silva; MELO, Maria Alice. Jovens egressos do Projovem: reflexões sobre significados atribuídos à experiência de escolarização em um programa de inclusão social. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 3, ed. especial, jul./dez. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

Recebido em 14 de fevereiro de 2020.

Aceito em 17 de março de 2021.